O LUGAR DA EMANCIPAÇÃO DA MULHER
NO PERIODISMO PAULISTA (1888-1930)

POR

MARIA DE LOURDES ELEUTÉRIO

A proposta desse artigo é analisar algumas revistas paulistas dedicadas à mulher, no entresséculo: XIX para o XX. Considere-se a revista como instrumento divulgador de valores culturais de uma época, e assim sendo, nosso intento é perscrutar o lugar social reservado à mulher e simultaneamente o lugar que ela mesma propunha para si, em um tempo de transformações.

São Paulo, devido a industrialização, é o microcosmo no qual podemos aquilatar como se operam mudanças que tornam a mulher alvo preferencial de uma série de demandas em uma sociedade que se urbaniza.

O contexto nacional está, à época, marcado por acontecimentos de ruptura tais como a abolição da escravidão, o fim do período imperial e a proclamação da República. Em termos de integração dos espaços, as linhas férreas favorecem a expansão da imprensa e uma incipiente mas promissora sociedade de consumo se constitui motivada por um comércio que se amplia.

Lembremos ainda que o Brasil é o último país a abolir a escravidão, fato que marca suas relações sociais até os dias de hoje, e simultaneamente é o primeiro país da América Latina a apresentar-se em uma Exposição Universal. Esse paradoxo denota o dilema fundante da constituição do país: estruturas arcaicas e projetos de desenvolvimento avançado. A imigração, fato essencial para o desenvolvimento da industrialização paulista, não pode deixar de ser citada na configuração dos novos contornos sociais.

É nesse universo que surgem as revistas para o público feminino, tanto produzidas por homens, quanto por mulheres, para mulheres.¹ Diversamente do que ocorria com o livro, caro e de pouca demanda, num país de alto analfabetismo que só pôde editar seus títulos a partir de 1808, a imprensa periódica do entresséculos é cada vez mais ativa.

¹ Para situarmos o surgimento dos periódicos femininos no Brasil em relação ao exterior, lembremos que o primeiro periódico feminino, o *Lady's Mercury*, surgiu na Inglaterra em 1693 e o pioneiro francês, foi o *Courrier de la Nouveauté* de 1758. No Brasil, supõe-se que o primeiro seria *O Espelho Diamantino* impresso no Rio de Janeiro em 1827. Considera-se, segundo Eliane Vasconcelos (228-249), o *Jornal das Senhoras*, de 1852, no Rio de Janeiro, o primeiro periódico feminino a ter como proprietária uma mulher. Seu nome era Joana Paula Manso de Noronha, argentina de nascimento que voltando à sua pátria, o passou às mãos de outras mulheres. O impresso circulou até 1885. Outras das primeiras publicações femininas foram: *O Belo Sexo*, Rio de Janeiro, 1862, *O Sexo Feminino* em Minas Gerais, 1873; *O Domingo*, 1879, no Rio de Janeiro.

A heterogeneidade era uma característica importante a partir de então, tanto no que concerne às temáticas quanto ao público alvo. No caso do feminino, definiríamos uma série de publicações como aquela de caráter mais leve, com maior variedade de assuntos: moda, beleza, conselhos domésticos, lições de etiqueta, moldes de roupas, receitas de trabalhos manuais e culinária, fórmulas de medicina caseira. Generalizando, podemos falar em jornalismo de serviço, entretenimento, e ainda, em certa ênfase no auxílio à moça e senhora, zelosas de seus lares, presentes ou futuros, no caso das casadouras. A sublinhar, a seção de questões sentimentais, um traço característico da imprensa dedicada à mulher, já em seus primórdios. Quase sempre uma série de anúncios eram veiculados nas páginas de tais impressos, pois estes atuavam como instrumento veiculador do desejo consumista ensejado, como já dissemos, por uma nascente indústria. Tais revistas aparecem no início do século xx e já se nota o avanço tecnológico da impressão que as mesmas possuem, quer seja nas ilustrações em cores, fotografias, diagramação ou na editoração como um todo. Exemplares desse tipo de periódico são: *A Cigarra* (1914-1930), *A revista feminina* (1914-1936) *A Vida moderna* (1907-1925) disputando entre si leitores, colaboradores e publicidade.²

A Cigarra, foi uma das mais importantes e duradouras revistas paulistas. Embora não se destinasse apenas ao público feminino, trazia extensa gama de assuntos mundanos, fartamente ilustrados, de forte apelo feminino. Apresentava também comentários e críticas sobre arte, além de contos, crônicas e poemas de importantes nomes das letras nacionais da época como Olavo Bilac e Vicente de Carvalho, entre outros. Porém, o que nos chama a atenção é a seção intitulada “colaboração das leitoras”, ampliada consideravelmente com o decorrer do tempo a ponto de atingir em certas edições quinze páginas. Tal crescimento evidenciava que o público feminino preferia seu nome e anseios apostos em sua revista, a ler matérias outras, e ainda porque as cartas eram uma oportunidade para divulgar os préstimos de quem as enviava. Aulas de piano, trabalhos manuais, idiomas, eram ofertados por mulheres dispostas ao trabalho.

A Revista Feminina pertencia à Empresa Feminina Brasileira fabricante de produtos femininos. Trazia temário e enfoque semelhantes ao da sua concorrente, mas tinha uma singularidade, pois era pretensamente editada por mulheres. Paralelamente às seções: “O menu do meu marido”, “Como enfeitar minha casa”, ou a artigos como “O que uma boa dona de casa deve saber” e variantes tais como “O que as moças solteiras dever saber”, havia a colaboração das mais importantes literatas daquele momento, redigindo contos e crônicas para suas páginas. Presciliana Duarte de Almeida e Júlia Lopes de Almeida eram alguns nomes que, como veremos, compõem o restrito, mas ativo grupo de colaboradoras em diversas publicações. A notar ainda que são de mulheres as traduções da grande maioria de textos de autores estrangeiros, como Maupassant ou Conan Doyle, por exemplo, o que nos possibilita inferir que talvez residisse nesta atividade uma fonte de lucro.

A Revista Feminina contava com a assiduidade do nome de Ana Rita Malheiros. Ela seria, segundo o estudo realizado por Sandra Lúcia Lima sobre a revista, o símbolo

² Muitas outras revistas possuem características semelhantes das três citadas, mas não perfizeram o mesmo espaço de tempo, longo para padrões brasileiros, e tiragens elevadas.

feminino que identificava os ideais da revista. Articulando em seus escritos, crônicas sobretudo, em linguagem cosmopolita e coloquial junto a uma marcante valorização dos papéis tradicionais da mulher, assim a articulista sintetiza sua proposta, em texto transcrito no estudo acima citado “Unamo-nos, queridas leitoras, e levantemos energicamente a nossa voz, antes que desmoronem nosso lar, esse cantinho sagrado em que vivemos tranquilas, (...) formemos uma sólida e indestrutível liga contra esta tremenda iniquidade social e guardemos invioláveis os nossos sagrados direitos físicos e morais” (apud Lima 200).

Ana Rita porém, era um homem. Tratava-se do médico e teatrólogo, membro da Academia Brasileira de Letras, Cláudio de Souza, irmão da proprietária do periódico. Sua sobrinha justifica o pseudônimo: “Ele usava o pseudônimo porque queria valorizar a mulher, era a mulher falando, de mulher para mulher” (Ibid 59). Se observarmos que o texto foi publicado no início da década de 20 por um título de tanta repercussão, podemos aquilatar que pouco havia se alterado no que tange à valorização dos novos papéis sociais da mulher em atividades não restritas ao lar.

A *Vida moderna* seria o terceiro título de maior projeção nas décadas iniciais do século xx em São Paulo. De assuntos relacionados à higiene e beleza, passando à florescente vida social da cidade, a revista, fartamente ilustrada, guardava espaço para pequenas biografias de vultos políticos, apresentava textos literários, além de comentários críticos sobre as atividades artísticas em curso, em abordagens ligeiras. Não nos esqueçamos que por trás das revistas de grande tiragem estavam não só empresas divulgando seus produtos, mas também as empresas que produziam, imprimiam e distribuíam as publicações. Nesse sentido, lembremos que *A vida moderna* era ligada ao grupo proprietário do jornal *O Estado de São Paulo*, a folha de maior prestígio à época.

Ao longo dos anos, estas e outras revistas de variedades se assemelharam cada vez mais em assunto, abordagem e apuro técnico e ganharam progressivamente um cunho descompromissado com as seções literárias.

De caráter bem mais restrito em termos de tiragens e com objetivos mais específicos, mas igualmente endereçadas às mulheres, havia revistas organizadas e financiadas por associações recreativas. Estas não veiculavam propaganda visando ao consumo de bens materiais, o objetivo de tais impressos era a sociabilidade, como no caso de *A Camélia*, *órgão da Sociedade Noites Recreativas dedicado as Exmas Famílias*, publicada nos anos de 1890 e 1891 e que, além da divulgação de bailes, trazia uma parte mais substancial de literatura, sendo que toda a colaboração (poemas, contos, crônicas) era realizada quase que exclusivamente por mulheres. Registre-se que tais associações tinham ainda preocupação com a formação de leitores, promovendo conferências e cursos sobre literatura, além de manter um espaço no qual era possível ler uma variedade razoável de livros, revistas e jornais, nacionais e estrangeiros.

Em seu estudo sobre o assunto Heloisa de Faria Cruz nos mostra outras folhas femininas dedicando-se à literatura, mesclando-a com a moda. É o caso de *O chromo*, *órgão literário dedicado ao belo sexo*, cuja redação é também toda feminina e, como a anterior, não apresentava espaço publicitário.

Como capital da República, o Rio de Janeiro tinha o maior número de títulos de publicações para a mulher, especialmente a da elite. Entretanto, da vastidão do país surgem

significativas contribuições que veiculam as manifestações femininas, e, com o advento da República em 1889, cresce o número de periódicos com editoriais e artigos doutrinários em defesa da emancipação feminina, enfocando o direito à educação, ao voto, ao trabalho remunerado para aquelas de situação econômica favorável, ao trabalho intelectual, etc.

Em São Paulo, a voz da mulher vai aparecer com relevo e propriedade em duas vertentes importantes: a educação e a emancipação feminina. Significativas revistas surgem crivadas de reivindicações, congregando não só figuras femininas paulistas mas de todo o Brasil. Este viés de publicação feminina privilegiou uma inflexão mais acentuada sobre a condição da mulher, raramente trazendo publicidade ou ilustração e privilegiando a leitura da letra propriamente dita, num momento em que a imagem surgia com relevância em impressões cada vez mais elaboradas e cativantes.

A pesquisa sobre mulheres letradas no Brasil dos fins do século XIX e início do XX (Eleutério) revela serem as revistas fonte privilegiada da escrita elaborada pela mulher da elite que havia recebido educação esmerada e convívio com as artes. Era o capital econômico, cultural e social que habilitava esta nova personagem a integrar esse mercado de trabalho em expansão, isto é, a imprensa periódica. A mulher que edita e escreve nestas revistas pertencia a famílias ligadas à educação ou de projeção no mundo literário. Seu empenho tinha como objetivo impulsionar o hábito da leitura porque ela encontrava no ato de ler, escrever e divulgar, através de impresso direcionado a outras mulheres de sua condição social, o partilhar de angústias e anseios frente à possibilidade de desenvolver as suas atividades. Os vínculos estabelecidos por uma série de publicações formou uma rede de sustentação que ostentava invariavelmente o mesmo círculo de nomes no qual se destacavam Presciliana Duarte de Almeida, Júlia Lopes de Almeida, Zalina Rolim, Francisca Júlia, e ainda, (a exceção à regra), Anália Franco.

Eram estas algumas das mais assíduas colaboradoras, não só nas revistas que passaremos a comentar, mas daquelas acima definidas como de variedades. Possivelmente estas colaboradoras tinham dois objetivos: de um lado ganhar algum dinheiro para financiar as próprias publicações, isto é, obter independência financeira, e, de outro, angariar leitoras através da ampla divulgação de seus nomes.

O exíguo grupo que multiplicava aparições e reforçava a identidade encontrava-se invariavelmente nas revistas de educação: *A Escola Pública* de 1895, *A Educação* de 1902, a *Revista de Ensino* cujos números saíram entre 1902 e 1918. São Paulo pontificava como o cerne de intensa propaganda pelo ensino gratuito e laico, bandeira cara aos republicanos. Nesse sentido, imbuídas de seu papel educador por excelência, as mulheres encontravam no periodismo pedagógico, o instrumento propagador ideal para os seus escritos, viabilizando, assim, o seu ingresso no mundo literário. Era um espaço privilegiado para ensaiar produções mais extensas ou complexas, como um livro de poemas ou um romance. Tais impressos serviriam como pontes para aqueles dedicados à literatura e ainda laboratório para o debate da condição da mulher.

Menciona-se como a primeira publicação de teor expressivo no sentido de periódicos mais afeitos às questões dos direitos e anseios da mulher, a edição de *A família, dedicado à educação da mãe de família* de 1888. Sua idealizadora foi Josefina Álvares de Azevedo, suposta irmã de um dos mais consagrados poetas românticos brasileiros, Manuel Antônio Álvares de Azevedo. A aparente fragilidade física do impresso, um diminuto *in-fólio* em

apenas quatro folhas, e suas matérias, que englobavam de poemas a receitas culinárias, não faziam prever que se desenharia um conteúdo mais acerbo. Um ano depois de seu lançamento, Josefina transferiu seu periódico para o Rio de Janeiro, lugar evidentemente mais cosmopolita àquela época. Nessa cidade, de fato, *A família* ganhou um contorno mais nítido em favor da emancipação feminina, especialmente pelo direito de a mulher votar e ser votada.³ A publicista, além de manter o jornal, colaborava em outras folhas, muitas delas paulistas, escrevendo incisivos textos acerca do tema como podemos observar na peça teatral *O voto feminino*, uma comédia de tese que discute a questão da igualdade de direitos em relação ao poder em nossa nascente República.⁴

Em *A família* a maioria dos escritos provinham de mãos femininas e quase sempre arrojadas, como podemos observar no texto de Paulina da Silva publicado ainda no primeiro ano de sua existência: “o lugar que de direito nos pertence e que a inépcia e o desânimo das nossas antepassadas tem deixado à revelia, o qual por mais tempo não podemos deixar de ocupar” (Silva “O lugar da mulher” 4). A articulista atribui às próprias mulheres a culpa pela situação em que se encontram e, diferentemente de Ana Rita/Cláudio, como vimos no caso da *Revista Feminina*, incita à luta por espaços não circunscritos ao âmbito doméstico.

O exemplo de Josefina frutificou em São Paulo com o aparecimento em 1897 de *A mensageira*, revista literária dedicada à mulher brasileira, para a qual a proprietária de *A família* também escreveu. Para os estudos de periodismo feminino *A mensageira* constitui-se em uma espécie de paradigma, por ser talvez a única revista que, em país que conserva sua memória precariamente, permaneceu íntegra em todos os seus 36 números ofertados ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo por sua idealizadora, a educadora e vesejadora Presciliana Duarte de Almeida.⁵ Com experiência de ter produzido em sua cidade natal, –uma pequena e longínqua cidade no interior de Minas Gerais–, uma folha manuscrita *O colibri* e de ter, ao longo de sua vida assinado textos para uma infinidade de jornais e revistas, incluindo *A família*, além de publicar livros de poemas, Presciliana foi personalidade fundamental do entresséculos como nos sintetiza o estudo de Ana Luzia Oliveira sobre periódicos paulistas: “A capacidade aglutinadora de Presciliana

³ Josefina Álvares de Azevedo (1851- ?), jornalista, teatróloga, foi uma notável precursora do feminismo no Brasil. *A família*, em sua versão carioca durou de 1889 até 1897. Escreveu também: *A mulher moderna, trabalhos de propaganda, Retalhos*. (Cf. Eleutério: 47-54).

⁴ Publicado em folhetim n° *A família* em 1889 e representada no ano seguinte, no Teatro Recreio Dramático com sucesso, tendo recebido comentários elogiosos no jornal francês *Le droit des femmes*, segundo Maria Thereza Bernardes (120).

⁵ Era o habitual à época para periódicos do gênero uma tiragem de 500 a 1000 exemplares. Vendia-se por assinaturas e número avulso. As imensas distâncias do país dificultavam a circulação e a existência da maioria dos periódicos foi efêmera, indicando mais dificuldades para que se tenha hoje um maior elenco de revistas quer seja em títulos quanto em números. Do já citados, *O chromo*, subsistiu um único número, e de *A Camélia* temos dois exemplares apenas. Consta que *A mensageira* circulou por São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O Rio seria ponto de chegada das revistas de todo o Brasil, Minas Gerais era o alvo prioritário para a revista devido aos laços de parentesco existentes. A revista contava com representação no Rio de Janeiro e em Paris e há menções de sua circulação em Lisboa e no Chile.

fez daquela publicação o espaço por excelência da mulher escritora da virada do século” (217).

Tendo como intenção primeira a educação da mulher, *A mensageira*, que se auto-intitulava *literária*, dava ênfase à profissionalização nas letras. Assim sendo, enfática ao apregoar a luta pela instrução feminina, distinguia-se também em relação às demais na escolha dos textos literários, não permitindo por exemplo a inserção de piadas ou pequenos jogos como adivinhas ou charadas, e tampouco reservando espaço para a seção de cartas do leitor, comuns à época. Outra singularidade da revista foi sua receptividade aos textos produzidos por homens. Sempre bem vindos, eles intensificavam o coro, agora em dicção masculina, a favor da emancipação da mulher.

Digna de nota, a participação do educador e filólogo Sílvio de Almeida, marido de Presciliana. Com o prestígio advindo de suas publicações, ora como contista ou versejador, tendo um romance premiado, e freqüente atuação na grande imprensa, Sílvio, de certa maneira, conferia credibilidade à *A mensageira*. Exemplo do casal que divide responsabilidades e projetos intelectuais, Presciliana e Sílvio representavam o vigor do apoio mútuo, pois dirigiam um estabelecimento de ensino do qual era proprietários, reuniam amigos para debates literários, e tiveram papel decisivo na criação da Academia Paulista de Letras, na qual ingressaram.

Por outro lado, um traço acentuadamente moralizante perpassa pelo espírito de *A mensageira*, conduzido pelo argumento de que a mulher deve ser instruída e útil para beneficiar a família e a sociedade. Trata-se do argumento da regeneração social, caro ao positivismo. A propalada instrução era para servir, para ilustrar e disciplinar e não objetivava a ação política, como Josefina propugnava em sua *A família*. A revista dirigida por Presciliana buscava enaltecer a mulher educadora dos cidadãos da República, como podemos aquilatar já pela evocação de seu primeiro número: “uma mãe instruída, disciplinada, bem conhecedora dos seus deveres, marcará, funda, indestrutivelmente, no espírito de seu filho, o sentimento de ordem, do estudo e do trabalho” (Almeida “Duas palavras” 1).

Poesias, contos, crônicas e artigos, evidenciam a ideologia positivista e mesmo a reforçam em particular nos poemas, que a pretexto de louvar a mulher, reafirmam as qualidades até então, vistas como femininas, tais como a doçura e a abnegação. Os comentários críticos, quase sempre de uma obra recém lançada, trazem adjetivos elogiosos e estímulo para o prosseguir na senda da produção literária. Apreciações e elogios surgem, na verdade, dispersos nos mais diferentes textos. Qualquer trecho sobre qualquer assunto pode citar e recomendar algum autor e mais especificamente uma autora. A coluna mais bem elaborada do ponto de vista de critérios e argumentos para tecer uma crítica é “Impressões de leitura”, assinada por Perpétua do Vale, pseudônimo de Presciliana Duarte de Almeida. Ao comentar o livro *Plectros* de Ibrantina Cardona, Perpétua alude, ao que considera defeitos e qualidades da obra, indicando semelhanças com os versos da poeta Francisca Júlia, tida então como a melhor parnasiana brasileira. Ao finalizar, como sempre, a articulista lamenta a parca produção feminina: “É este um dos lados tristes da literatura feminina em nosso país; quase todas as escritoras se limitam a um único trabalho” (Almeida “Impressões de Leitura” 75).

Os contos e crônicas revestem-se de um viés repressor, como se tentassem balizar a atuação feminina para o contexto político, econômico e social que se inaugurava, sinalizando, por vezes, com punição àquelas que transgredissem os limites da “emancipação”, segundo a análise de Sylvia Paixão. (13) Há uma atmosfera decadentista a pairar sobre as páginas de *A mensageira*, para que através de histórias de amor as leitoras reflitam nos “perigos” da liberação feminina. O procedimento quase sempre envolve mulheres sofridas devido às perdas de seus filhos e maridos. O caso da criança negligenciada e deixada inadvertidamente no jardim de sua casa, atacada por um avestruz, nos parece exemplar. “A ave chupou o olho da menina deixando na órbita um vácuo profundo e medonho” (Santos “Carta do Rio” 117). Os requintes mórbidos dos enredos são a tônica de *A mensageira*, especialmente quando se enfatiza que a ausência da mãe causou algum perigo à prole ou ao lar.

É sabido que um dilema, ainda hoje presente nos múltiplos papéis desempenhados pela mulher, é a dedicação aos filhos e à organização doméstica, e sua conciliação com o empenho na profissão. *A mensageira* discute os primórdios dessa questão, e a trata paradoxalmente, pois se de um lado, atemoriza, a cada número, abre também espaço para mulheres vitoriosas. Efusivos cumprimentos são conferidos sobretudo àquelas que obtiveram o diploma de um curso superior, geralmente conseguido no Exterior, já que nossa primeira Universidade data de 1936.

Entretanto, é sintomática a presença, já na edição inaugural da revista, de Júlia Lopes de Almeida,⁶ figura proeminente não apenas como colaboradora da revista, mas como exemplo a ser seguido. Com mais de trinta títulos publicados ao longo de sua vida, consagrando-se como o nome de mulher mais expressivo nas letras nacionais dos primeiros decênios do século xx, Júlia nos dá num artigo-síntese intitulado “Entre Amigas” uma visão esclarecedora do que pensava ser uma escritora. “Não sei qual é o programa da “Mensajeira”, escrevo de longe, (...) em um cantinho tépido do jardim, bafejada pelas carícias de meus filhos amados, na maior paz do mundo” (Lopes de Almeida “Entre amigas” 3).

Para ela, as lides da criação artística seriam um afazer agregado ao ambiente doméstico. A festejada escritora, modelo da nova mulher que congregava serenamente os deveres domésticos e a profissionalização nas letras, tinha ainda o senso de oportunidade, aparecendo em revistas de teor muito diverso daquelas nas quais colaboravam as aspirantes literárias. Júlia contribuía com títulos sugestivos como “O jardineiro”, para o *Almanaque Agrícola Brasileiro*,⁷ ou surgia fotografada em *Chácaras e Quintais*,⁸ periódico

⁶ Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). Publicou: *A árvore*, *A falência*, *Jornadas no meu país*, *Contos infantis*, *A família Medeiros*, *A intrusa*, entre outros, escreveu para vários jornais e revistas. (cf. Eleutério:67-83)

⁷ O *Almanaque Agrícola Brasileiro* era um brinde de final de ano ofertado pelo jornal *Correio Paulistano*. Alcançava tiragens extraordinárias para ao período como podemos ver por aquele de 1913 com 60.000 exemplares.

⁸ *Chácaras e Quintais*, a revista agrícola de maior sucesso em um país de predominância rural à época. De leitura técnica, tinha como público alvo os homens. Nestas circunstâncias podemos observar o prestígio que Júlia Lopes de Almeida tinha, e conferia, ao periódico em questão.

que viu aumentar suas vendas desde que Júlia colocou um personagem de seu romance *Correio na roça*, elogiando a revista. Outra interessante colaboração saiu em *O Bromofórmio*, uma folha propagandística de distribuição gratuita na qual um conto seu “O dia do casamento”, nos mostra até onde subordinava a sua pena ao serviço da reiteração do dever de obediência da mulher, ao enunciar o conselho da mãe à filha noiva: “vai, segue-o até onde ele quiser levar-te, é o teu dever” (Lopes de Almeida, O dia do casamento: 7).

Júlia Lopes de Almeida com seu prestígio conseguiu influenciar e consagrar noções de como viver os desafios dos novos papéis sociais da mulher, através de inserções em revistas como as referidas acima, inculcando em suas leitoras a possibilidade da harmonização entre o campo e a cidade, numa sociedade de urbanização célere, na qual educação entra como sinônimo de obediência e a docilidade como razão maior.

Outra das assíduas colaboradoras d’*A mensageira* foi Anália Franco. Em uma primeira pesquisa sobre quem escrevia literatura no Brasil, o jornalista e escritor João do Rio entrevistou para seu livro *O momento literário*, vários literatos de seu tempo. Um deles, Curvelo de Mendonça conhecido romancista libertário e autor de *Emancipação* (1903), lembrou-se de Anália Franco:

Essa jovem delicada e meiga trabalhou a principio só. Fez-se professora particular e pública, escreveu livros, abriu escolas para instruir as crianças e educar a mulher brasileira, retirando-a da confabulação miserável nos confessionários dos padres. É preciso reparar nesse fato, que é expressivo. Ninguém no Rio de Janeiro falou nisso. Os livros, os romances e a revista, que essa brasileira notável tem escrito e dirigido, nem um só momento aparecem em nosso meio literário. (...) O Sr. (José) Veríssimo e os outros críticos ignoram tudo isso. Que importa! A obra não fica sendo menor, nem menos valiosa (...) Entretanto, a coisa está ali em São Paulo. Ninguém a vê porque não quer ou não sabe. (155-156)

E Anália Emília Franco representa de fato uma das mais combativas mulheres aqui comentadas. Não pertencendo ao circuito das demais escritoras, e não dispondo do capital cultural das demais, Anália foi das poucas mulheres letradas a fazer o curso regular de magistério no mais importante símbolo da educação republicana, que foi a Escola Normal de São Paulo. O que mais nos surpreendente nela não é propriamente o teor de seus escritos, mas a singularidade de sua força empreendedora. Seu nome foi registrado por poucos, quase sempre citada pelas próprias mulheres que a acolhiam em seus periódicos. Assim foi em *A família*, (onde adotou o pseudônimo de Zália), *A mensageira*, *A semana*, do Rio de Janeiro e *Almanaque das Senhoras*, de Lisboa, além de alguns jornais paulistas. Mas era em suas próprias folhas que ela costumava divulgar seus textos. Anália criou a publicação mensal *O Álbum das meninas, revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras*, em 1898, em cujo primeiro número explicita o porquê de sua incursão nas letras: “resolvi fazer uso da imprensa para dar à publicidade esta modesta revista (...)expendendo as minhas idéias sobre educação(...) para esse fim peço e espero a contribuição do talento e da palavra de outras penas mais competentes e abalizadas do que a minha” (Apud. Arroyo 138).

Abolicionista, impressionava-se com o número de filhos de escravos expostos na Roda da Casa de Misericórdia,⁹ quando, após a Abolição, os via perambulando pelas ruas e estradas expulsos das fazendas. Com proventos próprios passou a abrigar crianças órfãs e a realizar campanhas tentando sensibilizar pessoas para a causa. Porém, mesmo apoiada por grupos republicanos, não era bem vista por querer ensinar crianças órfãs e em sua maioria negras, e integra-las às aulas que ministrava junto das crianças brancas. A educadora criou então uma série de escolas por todo o interior de São Paulo; e na capital do Estado instalou o primeiro colégio só para órfãos no qual se ministravam várias modalidades de ensino: preparava docentes, cursos profissionalizantes de escrituração, prática de enfermagem, tipografia, pintura, costura, flores artificiais, feitura de chapéus, pouco usuais à época. Sua visão sobre educação extrapolava o que até então se pensara e se fizera sobre a questão. Teria sido, ainda, a primeira pessoa a orientar uma escola para menores de sete anos de idade.

É interessante observar o tom de menosprezo com o qual ela se refere aos seus inegáveis méritos de articuladora da verdadeira rede que formou para a autogestão de seus vários educandários. Anália evoca as “penas mais competentes”, como se não fosse capaz. As mulheres àquela altura tendem para essa prática de “desculpar-se” pelo empreendimento que realizavam.

A educadora lançaria ainda *A voz maternal* em 1903, também mensal e de distribuição gratuita. A revista teve 20 anos de duração, fato raríssimo em se tratando da incipiente imprensa paulista, servindo para articular e divulgar atividades da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo que Anália criou como veículo divulgador de suas realizações, visando a obter recursos para creches e escolas noturnas. Publicou também *O jornal*, com tiragem de 6.000 exemplares, que chegava em vários Estados, além de atingir a França, Portugal, Espanha, Inglaterra. A incansável articulista desdobrava-se assinando várias contribuições para um mesmo número, além de constantemente traduzir outros tantos textos.

Seus periódicos, assim como a maior parte do material usado para os cursos que abria, eram impressos nas oficinas tipográficas das escolas que Anália dirigia. As oficinas funcionavam simultaneamente para aprendizado e fonte de lucro, pois constituíam-se em prestadoras de serviços. Outra fonte de renda eram as apresentações do “Elenco Dramático e Musical”, uma pequena orquestra que acompanhava a ação de peças teatrais concebidas pela professora. O grupo excursionava mobilizando cerca de sessenta pessoas entre crianças e professores que continuavam a lecionar normalmente as disciplinas em curso.

Jornais como *A Tribuna*, de Santos por exemplo, noticiavam a estada do elenco em teatros que ficavam lotados. A maioria dos textos apresentados nos espetáculos eram de autoria de Anália que também escreveu romances, hinos e livros didáticos.¹⁰

⁹ A abolição só viria em 1888 mas a lei do ventre livre era de 1871.

¹⁰ Anália Emília Franco (1856-1919) Seu teatro educativo compunha-se de: *A Feiticeira*, em três atos, *A Filha Ingrata*, *As Duas Colegiais*, *A Neta Vaidosa*, todos drama em 2 atos, *A Escolinha e A Caipirinha*. A professora também escreveu operetas, os romances: *A Égide Materna* e *A Filha do Artista*, além de alguns hinos, em louvor à Ana Nery, *Minha Terra*, *O Carpinteiro*, a Jesus, assim como livros didáticos: *Leituras Infantis*, *Leitura Progressiva para Crianças*, *Lições aos Pequenos*,

Nada disso impediu que a autora se mostrasse categórica diante de sua produção como afirma Eduardo Carvalho Monteiro que registrou a assertiva de Anália: “A literatura não é o meu fim. Si a faço um pouco, é como um instrumento de trabalho” (37).

Pertencente a um estrato social diverso daquele de suas companheiras de lides literárias, e revelando experiência concreta dos problemas que a jovem República enfrentava com a substituição da mão de obra escrava pelos imigrantes, sua análise é mais realista: incide na reflexão sobre as condições históricas que limitavam a ação da mulher brasileira.

Se *A mensageira* propunha o rompimento com padrões anteriores da experiência feminina, almejando um lugar na sociedade através de uma nova educação, os textos de Anália Franco vislumbravam uma educação em sentido mais amplo. Educar a mulher para educar o cidadão seria ponto pacífico, porém a ênfase é para o trabalho e a profissionalização para ambos os sexos era o fulcro de seus esforços.

Nesse sucinto panorama de propostas que abordamos, podemos dizer que as revistas de variedades apostaram numa possível consumidora. *A família*, em seu breve período paulista de apenas um ano, pretendeu abordar alguns tópicos do debate emancipatório. *A mensageira* privilegiou a emancipação do intelecto, enquanto as revistas de Anália Franco foram instrumentos de divulgação para a emancipação econômica de crianças e jovens desvalidos, numa abordagem evangelizadora.

No conjunto interessa notar o valor da leitura na formação tanto intelectual quanto moral e, de outro lado, o da literatura como veículo para as transformações sociais. Em ambos os casos, o mais importante é que nesse contexto a mulher brasileira aparece escrevendo, e através desse exercício, expondo suas idéias e ideais.

BIBLIOGRAFIA

Revistas consultadas:

A Camélia, órgão da Sociedade Noites Recreativas dedicado as Exmas Famílias (1890-1891).

A Cigarra (1914 -1930).

A família, dedicado à educação da mãe de família (1888-1889).

A mensageira, revista literária dedicada à mulher brasileira (1897-1900).

Chácaras e Quintais (1910).

O almanaque agrícola brasileiro (1910-1915).

O Álbum das meninas, revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras (1898-1900).

O Bromoformio (1906-1907).

O chromo, órgão literário dedicado ao belo sexo (1901).

Revista Feminina (1915-1926).

Vida Moderna (1907-1925).

Livros e artigos:

Almeida, Presciliana Duarte de. “Duas Palavras”. *A mensageira* 1/1 (1897): 1-2.

_____. “Impressões de leitura”. *A mensageira* 1/5 (1897): 72-76.

- Arroyo, Leonardo. *Literatura infantil brasileira, ensaios preliminares para a sua história e suas fontes*. São Paulo: Melhoramentos, 1967.
- Barros, Maria Cândida Silveira de. *Vida e Obra de Anália Franco*. São Paulo: Copident Ltda., 1982.
- Bernardes, Maria Thereza. *Mulheres de ontem ? Rio de Janeiro do século XIX (1849-1890)*. São Paulo: Queiróz Editores, 1989.
- Bourdieu, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: 2ª edição, Perspectiva, 1987.
- Buittoni, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de papel: A Representação da Mulher na Imprensa Feminina Brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 1981. Vol. XXVI da série Comunicação.
- _____. *Imprensa Feminina*. Vol. XLI da série Princípios. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1990.
- Cruz, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana-1890-1915*. Educ; Fapesp; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial de São Paulo: 2000.
- _____. *São Paulo em revista: Catálogo de Publicações da Imprensa Cultural e de Variedades Paulistana. (1870-1930)*. São Paulo: Divisão de Arquivo do Estado, 1997.
- Eleutério, Maria de Lourdes. *Esfinges e heroínas, a condição da mulher letrada na transição do fim do século. (1890-1930)*. Tese de doutorado em Sociologia, Universidade São Paulo, 1997.
- Lima, Sandra Lúcia Lopes. *Espelho de mulher: Revista Feminina (1916-1925)*. Tese de doutorado em História, Universidade de São Paulo, 1991.
- Lopes de Almeida, Júlia. "Entre amigas". *A mensageira* 1/1 (1897): 3-5.
- _____. "O dia do casamento". *O Bromoformio* 5/1 (1906): 7.
- Miceli, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- Monteiro Filho, Eduardo Carvalho. *A grande dama da educação brasileira*. São Paulo: Eldorado Espírita, 1992.
- Oliveira, Ana Luíza C. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de república. São Paulo 1890-1922*. São Paulo: Tese de doutorado em História, Universidade de São Paulo, 1998.
- Paixão, Sylvia Perlingeiro. "A Mensageira". *A Fala a menos, a repressão do desejo na poesia feminina*. Rio de Janeiro: Numen, 1991.
- Pereira, Maria Stella A L. *A imprensa periódica e a literatura em São Paulo (1833-1922)*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade de São Paulo, 1976.
- Rio, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Garnier, 1910.
- Sousa, Galante de. *O teatro no Brasil*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1960.
- Santos, Maria Clara Cunha. "Carta do Rio". *A mensageira* 1/8 (1898): 115-118.
- Silva, Paulina. "O lugar da mulher". *A família* 1/1 (1888): 4.
- Vasconcelos, Eliane. "Joana Paula Manso de Noronha". *Escritoras Brasileiras do século XIX*. Antologia. Zahidé Lupinacci Muzart, org. Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.